

‘Preservar o que é nosso’: Memória, Identidade e Nação na indústria do Turismo

André Barcelos Damasceno Daibert*

Nara Maria Carlos de Santana**

Resumo

O presente artigo enfoca algumas das principais discussões em torno do tema do Patrimônio Cultural. Neste trabalho, tratamos inicialmente da questão da memória e de sua correlação com a definição do Patrimônio Cultural a partir do Estado e deste com a intenção de efetivação de uma dada identidade nacional. A preocupação presente neste texto é também compreender como a construção de tal fenômeno repercute na indústria do turismo. Para isso, apresentamos alguns conceitos fundamentais para este debate e suas inter-relações. Por ser uma reflexão inicial resultado de um projeto de mestrado e de uma pesquisa sobre Patrimônio e Identidade ambos em andamento no CEFET/RJ, bem como, dos debates acadêmicos do curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo, consideramos importante salientar que este trabalho traz somente as nossas primeiras impressões sobre o tema e que ainda estão em desenvolvimento.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória. Nação. Identidade Nacional. Turismo.

Memória e Patrimônio

Para se compreender os estudos referentes a patrimônio cultural, sua relação com a identidade e o turismo, torna-se fundamental o entendimento do significado de memória. O patrimônio cultural, de uma forma geral, pressupõe a representação de diferentes memórias.

* André Barcelos Damasceno Daibert é mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas e professor da Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo do CEFET/RJ - UnED Petrópolis. abddaibert@yahoo.com.br

** Nara Maria Carlos de Santana é doutora em História Política e Social das Idéias pela Universidade Federal Fluminense e professora da Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo do CEFET/RJ - UnED Petrópolis. naramcs@gmail.com

A memória pode ser considerada a partir de diversos enfoques, tais como o individual, familiar, coletivo, nacional, entre outros¹. Enfocar-se-á aqui as características relativas à “memória coletiva”, estabelecendo suas principais diferenças e semelhanças em relação à “memória nacional”. Será utilizada principalmente a obra de Renato Ortiz (1994), como base conceitual para esta análise. Ao discutir-se a temática memória coletiva, necessariamente deve-se entender o que é cultura. Para todos os aspectos, será tomada como cultura a seguinte definição de Geertz:

(...) acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989:15).

A partir desta conceituação, pode-se identificar cultura de várias maneiras. O Estado², por exemplo, pode assumir e tecer uma determinada teia de significados para os seus cidadãos de acordo com o seu interesse, pois cabe a ele este poder, e buscando estabelecer a unidade de sociedade, utiliza-se de instrumentos de homogeneização das culturas, procurando criar o sentimento único da chamada “cultura nacional”.

A memória trata-se de um destes instrumentos que o Estado manipula. Este, muitas vezes, escolhe determinadas culturas, ou seja, teias de significados já tecidas por grupos de homens inseridos naquela nação, para se valorizar e procura desprezar, camuflar ou esconder outras, por ameaçar a sua estrutura de integração.

A construção da cultura popular como identidade nacional é em alguns casos operada pelo Estado como discurso ideológico. Em termos gerais, ideologia pode ser definida, segundo Ortiz (1994:136-7): “como uma concepção de mundo orgânica da sociedade como um todo (ou visando à totalidade) e como tal age como elemento de cimentação social.” Ou seja, o Estado busca criar um discurso unificante, homogêneo, procurando neutralizar os diversos conflitos existentes entre os diferentes grupos sociais de uma sociedade, ao mesmo tempo em que busca amenizar os conflitos entre estes grupos em relação ao Estado, tornando-

¹ Jacques LE GOFF, em sua obra *História e Memória*, no capítulo Memória (p. 423-477), descrevem como esta se constitui nas ciências humanas, especialmente na história e na antropologia, e ainda classifica os “tipos de memória”, como se demonstrou em exemplos anteriormente.

² O Estado será aqui entendido através do seguinte conceito marxiano: “Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política” (MARX, 1973 p.98).

o mediador e unificador da totalidade dos grupos. Nasce daí, o sentimento de “cultura nacional”, “identidade nacional”, “memória nacional”, dentre outras construções ideológicas.

Em contrapartida, pode-se também aplicar o conceito de Geertz a determinadas manifestações de grupos que fazem parte de uma sociedade. Ou seja, uma teia de significados que um determinado grupo teceu. Essas manifestações podem ser interpretadas como folclore, que também é entendido como “cultura popular”, ou seja, desvinculado a princípio do discurso ideológico do Estado. Carlos Brandão compreende que este “saber popular” não existe fora das pessoas, mas entre elas (*apud*. ORTIZ, 1994: 134).

O esforço do grupo em sustentar e preservar essas manifestações pode ser entendido como tradição. Assim, Ortiz assume tradição como “vivência de um grupo social restrito” e ainda complementa que “(...) a tradição é mantida pelo esforço de celebrações sucessivas (...)” (ORTIZ: 135). É daí que surge o ideal de memória coletiva, pois segundo Halbwachs (*apud* ORTIZ, 1994: 131), “a memória coletiva se apresenta como tradição”. Ortiz ainda completa que “a memória de um fato folclórico existe como tradição, e se encarna no grupo social que a suporta”. Quanto à relação memória coletiva e tradição, Ortiz ainda considera que:

(...) a memória coletiva deve necessariamente estar vinculada a um grupo social determinado. É o grupo que celebra a sua revivificação, e o mecanismo de conservação do grupo está estritamente associado à preservação da memória. A dispersão dos atores tem consequências drásticas e culmina no esquecimento das expressões culturais. Por outro lado, a memória coletiva só pode existir enquanto vivência, isto é, enquanto prática que se manifesta no cotidiano das pessoas (ORTIZ: 133).

Os grupos sociais como referenciou Ortiz, são constituídos por atores sociais. Dentre os atores das manifestações, distinguem-se os “mestres” dos “discípulos”. Segundo Ortiz (ORTIZ: 134-135), eles desempenham papéis diferenciados nas manifestações culturais. “Somente após um longo aprendizado prático é que os atores podem encarnar com fidedignidade o seu papel” (ORTIZ:135).

O Estado procura selecionar estas tradições para defini-las como nacionais e construtoras de uma cultura única, através da chamada “memória nacional”. Segundo Ortiz, “A memória nacional seria o prolongamento da memória coletiva popular” (ORTIZ:131). Assim, a memória nacional é considerada um discurso de segunda ordem, criada a partir de um discurso ideológico estatal em um determinado momento político.

O papel de identificar e selecionar as tradições, muitas vezes é atribuído aos atores sociais denominados “mediadores simbólicos”, que muitas vezes vêm incorporados na figura dos intelectuais. Quanto a estes atores sociais, Ortiz considera que “(...) são na verdade

agentes históricos que operam uma transformação simbólica da realidade sintetizando-a como única e compreensível” e ainda “confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global” (ORTIZ: 141).

Através da prática do discurso ideológico que a memória nacional propaga, inclusive na voz de alguns intelectuais, é que nascem as primeiras concepções a respeito do patrimônio cultural e de sua preservação. Frases feitas como “preservar aquilo que é nosso”, fazem parte da montagem do discurso em prol da defesa do chamado “patrimônio nacional”.

Patrimônio cultural no Brasil

Pode-se dizer que a palavra patrimônio representa uma série de significados. Se for abordado pela sua origem etimológica, patrimônio pode ser entendido como aquilo que vem do pai, ou seja, passa de pai pra filho. Herança familiar no sentido de se preservar. A França do final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e dos ideais iluministas³, torna-se pioneira no sentido de preservar monumentos através de medidas estatais, consolidadas através da criação de órgão e leis específicas para este fim. Com isto, o termo “patrimônio” ganha um novo sentido sendo também entendido como herança de uma determinada época, para seus sucessores ou outras gerações.

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que sobrepõe às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica e unificadora, que procurava dar base idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (Rodrigues, 2002:16).

No Brasil, a política de preservação de bens históricos inicia-se apenas na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945). Uma das principais características desse governo foi o seu discurso ideológico que por muito se baseava em ideais nacionalistas, buscando criar um sentimento único de “identidade nacional” entre os brasileiros. Getúlio Vargas procurou idealizar uma política específica de preservação de bens culturais, tendo

³ Para obter mais informações sobre o contexto da criação das políticas de preservação de monumentos na França e no mundo, além de históricos e conceituações de termos relacionados a monumento e patrimônio, consulte CHOAY (1999).

como objetivo principal a construção da chamada identidade nacional. Segundo Borges, em 1936, o então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema atribui ao intelectual, poeta e diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade, a missão de elaborar um anteprojeto que serviria de base para a criação do então SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴ (1999: 115). A partir daí, Mário de Andrade elabora um amplo documento visando a preservação dos bens culturais nacionais.

Segundo Pellegrini (*Ibid*), “O texto sugerido por Mário de Andrade sofreu mudanças no Ministério da Educação, certamente por injunções políticas, porém acabou se transformando no Decreto-lei 25, de 30.11.1937, que organiza o SPHAN”. A larga abrangência proposta por Mário de Andrade sofre alguns cortes e modificações. Para se ter noção das mudanças ocorridas no anteprojeto, será demonstrado o conceito que se estabeleceu outrora “patrimônio artístico cultural”, agora definido pelo Decreto como “patrimônio histórico e artístico”:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País, e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. (apud Id: 105).

Como se pode observar, os ideais modernistas de Mário de Andrade iam muito além do que foi publicado no Decreto 25/37⁵. Ele considerava que a noção de patrimônio deveria conter elementos que fossem capazes de compor uma memória social. Segundo Borges, Mário de Andrade ao definir arte como “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”, considera não só o objeto, mas sim o processo do qual ele é construído. O trabalho humano, os meios de produção e “técnicas produtivas como a do café e do diamante, entre outras, precisavam ser conservadas”. (1999:116)

A partir da sua criação em 1937 e durante as décadas seguintes, o SPHAN foi dirigido por Rodrigo Mello Franco na fase considerada “fase heróica”. Este nome se deu pela emergência de tombar e restaurar diversos bens patrimoniais, principalmente os mais antigos e deteriorados, enfatizando as atenções para os bens arquitetônicos. Pellegrini (*Ibid*), referindo-se ao SPHAN, acrescenta que “(...) ele foi dirigido, aliás, na maior parte do tempo, por arquitetos, chegando-se a acreditar que ‘patrimônio histórico e artístico’ seria expressão

⁴ Hoje conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), passou a ser vinculado ao Ministério da Cultura.

⁵ Tanto o decreto de regulamento do Sphan como o decreto de criação deste órgão, estão disponibilizados no site: www.iphan.gov.br.

reservada (e sinônima) para ‘patrimônio arquitetônico’”. A escassez de recursos humanos e materiais, também foram características da ineficiência do funcionamento do SPHAN.

No final da década de 1970, sobre direção do *designer* Aloísio Magalhães, o SPHAN ganha um certo dinamismo, buscando redefinir o significado do que seriam considerados “bens culturais”. Nesta época, segundo Rodrigues (*Op. Cit.*:17), “verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades”, ou seja, passou-se a valorizar outros elementos como os da chamada “cultura popular”, considerando-os representativos para a nação. Este pensamento também permeou a década de 1980. O que Mário de Andrade idealizou em 1937, acabou sendo retomado cerca de quarenta anos depois. Outras questões delineadas por Mário como a valorização do trabalho humano, dos meios de produção, entre outras, também começam a integrar a chamada memória social e a construção de uma política de Patrimônio efetivada nesta década.

Patrimônio Histórico, Estado Nacional e Identidade brasileira

A política de preservação de bens históricos iniciada na década de 30, aparece como parte integrante do projeto Nacional da política de Getúlio Vargas. A contribuição desta política para o desenvolvimento do Estado Nacional e para a afirmação da identidade brasileira, vem ao encontro do estabelecimento dos princípios e pressupostos da construção da Nação.

A proposta de construção do Estado Nacional no Brasil pretendeu acabar com a descentralização do poder e concretizar um projeto de uniformização e consolidação de uma identidade nacional por meio de uma ditadura. Vários aspectos caracterizaram esse período: a valorização da figura do líder, a participação de intelectuais, o ataque às chamadas “ideologias alienígenas” e a preocupação com a fixação da língua e da cultura. Por outro lado, o Estado corporativista apresentou-se como instrumento para dissolver as disputas entre o capital e o trabalho, criando um Estado forte para controlar toda a economia nacional. O projeto nacional de Getúlio Vargas privilegiou dois momentos na construção do Estado Nacional, a viabilização de uma nação moderna, pela via da industrialização, e o acesso à cidadania por meio do trabalho.

É importante destacar, que vários autores situam a nação como um fenômeno resultante das revoluções que inauguram a contemporaneidade e que historicamente é resultado do advento da democracia, da industrialização e da soberania popular. Dentre estes autores, Hobsbawm (1990) destaca os aspectos tecnológicos da Revolução Industrial e frisa que os Estados só têm importância quando possuem recursos suficientes, que os capacitem a dominar as periferias da sociedade. Nele a nação-Estado é concebida como um estágio particular do desenvolvimento econômico da sociedade. Novamente, Hobsbawm (1990) destaca as transformações políticas, engendradas no interior do fenômeno nacional e afirma:

Naturalmente, muitas instituições políticas e movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tomaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção (...). Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados Nacionais (...). (1997:15)

Assim, se consideramos o Patrimônio Histórico como um conjunto de símbolos entenderemos a importância destes na construção de uma dada identidade nacional à medida que nos transmite o sentimento de pertencimento a uma sociedade ligada pelo passado e pela história.

Compreendendo que a nação é uma construção histórica e que o Patrimônio Histórico é uma parte importante deste constructo, utilizaremos a terminologia de Benedict Anderson (1989), nação como uma “comunidade imaginada” para entendermos como tal sociedade é desenvolvido no Brasil. Para definir essa nação como uma “unidade política e nacional congruente”, o regime de Vargas, segundo Lippi (1982:15), sustentou-se em três eixos principais que marcaram o pensamento dos anos 30 e se fizeram igualmente presentes na doutrina do Estado Novo: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo.

O Estado Nacional projetado pelo Governo do Estado Novo e liderado por Getúlio Vargas, foi formulado a partir de princípios gerais que nortearam parte dos Estados Nacionais formado desde o final do século XIX. O Estado Novo, identificado com o projeto de promover a unidade da nação, não permitiu as atividades políticas de grupos que se contrapunham à ordem estabelecida pelo projeto do Estado Nacional. A unidade nacional necessitava de homogeneidade e de uniformidade. Para realizar essa unidade, os agrupamentos políticos– formação de partidos políticos, agremiações e associações – foram proibidos. O Estado Novo dispensou os mecanismos liberais de legitimação no poder, como voto e

plebiscito, mas criou uma máquina de propaganda, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dois anos após o golpe de outubro de 1937.

O nacionalismo não serviu de pano de fundo apenas para os debates em torno das políticas econômicas do governo ao longo dos anos em pauta. Ele também serviu de eixo para a elaboração de um conceito de ‘cultura brasileira’, o qual, embora sofrendo redefinições, ocultou o real processo em curso, tanto no Estado Novo quanto no período ‘democrático’: o da construção da nação pela incorporação da classe trabalhadora, através de maior ou menor controle do Estado. (MENDONÇA, 1990:264)

A intervenção autoritária do Poder Público na sociedade tinha como função proteger o povo, considerado “incapaz” – visto que a capacidade político-administrativa era para uns poucos escolhidos – de suprir suas necessidades básicas sem a intervenção do Estado. Além dessa característica, o projeto nacional para conceber a nação como “[...] unidades políticas claras, sistemática e orgulhosamente diferenciadas entre si pela cultura [...]” destacou a necessidade da assimilação e da miscigenação como formas de se chegar à unidade e ao progresso e de valorizar o homem nacional. A identificação com a miscigenação tem uma relação direta com o projeto do modernismo brasileiro, que participou intensamente do Projeto Nacional Vargasista concretizando assim uma dada concepção de identidade que influenciariam a arte e a cultura nacionais (AMARAL, 1941:235).

Para finalizar, o Estado Novo concebeu uma política nacionalizadora preocupada com o problema das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que haviam se instalado no Brasil, desde o século XIX. Como a maioria das nações modernas, o projeto nacional estadonovista pensou o Brasil em termos de uma “unidade política e cultural congruente”, além de entender que a Nação tem como função mediar e reduzir o conflito e a tensão na sociedade. Uma das principais propostas do Estado Novo era a formação de uma “raça homogênea” e um “povo integral”, visando à uniformização do homem brasileiro para a realização do progresso material e moral do País. Por conta dessa proposta, o Governo de Vargas elaborou uma política de proteção à família, ao trabalho e à pátria, por meio da educação e do controle da imigração. Mas, acima de tudo, concebendo uma política de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que definiriam alguns princípios de identidade e serviria ainda neste século para a indústria do turismo.

O Turismo e a chamada “Indústria Cultural”

Para esta breve abordagem, não faremos um histórico do turismo e só utilizaremos autores que consideram o mesmo como um fenômeno moderno resultante das mudanças promovidas pelo capitalismo, bem como vimos anteriormente com a Nação. Sendo assim, autores como Barretto (2001), Beni (2001), Cooper (2001) e Jafari (1981), mostram em seus trabalhos a abrangência e totalidade do fenômeno turístico e discorrem sobre diferentes conceituações, escolas e plataformas de pensamento, demonstrando a dificuldade em se definir de maneira precisa um conceito de turismo.

Dentre os autores, Reis (2004) busca conceituar o turismo de forma abrangente, entendendo-o como fenômeno originário do capitalismo. Para isso, analisa o turismo sobre o enfoque do materialismo histórico, propondo que o conceito de turismo deva ser entendido através de cinco elementos vistos de maneira simultânea e dialética: “movimento ou deslocamento de pessoas; propósito ou intencionalidade; consumo; tempo livre e universalidade” (2004:11).

O conceito de Reis será utilizado como referencial na reflexão do presente trabalho, pois também se acredita que o turismo é uma variável do fenômeno denominado capitalismo e principalmente pelo fato de Reis atrelá-lo obrigatoriamente não apenas ao deslocamento, como consideram alguns autores, mas também ao consumo, ao tempo livre, à universalidade e principalmente à intencionalidade. Além disto, o conceito nos permite entender o turismo a partir do enfoque de que a pessoa não necessariamente tenha de se retirar da cidade habitual para fazer turismo, como propõem algumas conceituações de outras épocas.

Segundo Burns (1974), a Revolução Industrial tem início no século XVIII na Inglaterra com a mecanização dos sistemas de produção.⁶ O autor ainda afirma que “embora a Revolução Industrial já houvesse iniciado em 1760, não adquiriu seu ímpeto antes do século XIX” (BURNS, 1974:661).

Para Pires (2001) o inglês Thomas Cook foi o precursor do chamado “turismo moderno”. Segundo o autor, Cook foi o responsável pela organização da primeira excursão de trem, em 1841. Ainda segundo o autor, também foi Cook quem criou a primeira agência de

⁶ Segundo Burns (1974, p.661), a Revolução Industrial compreendeu na mecanização da indústria e da agricultura, a aplicação da força motriz na indústria, o desenvolvimento do sistema fabril, um sensacional desenvolvimento dos transportes e das comunicações e um considerável acréscimo do controle capitalista sobre quase todos os ramos da atividade econômica.

turismo, a “Thomas Cook and Son”, tornando-se também primeira operadora de turismo do mundo:

Quando Thomas Cook morreu, em 1892, a Agência de Viagens Cook and Son era a mais importante do mundo. Sua importância, entretanto, está em ter descortinado um novo caminho, como pioneiro que foi. Por esta época, outras 500 agências de viagens encontravam-se em atividade permanente e oferecendo seus serviços de forma profissional. (Fúster apud Pires, 2001:48)

Na América Latina surge na década de 1960, uma série de órgãos públicos e órgãos privados, a fim de resolver à necessidade de se pensar a gestão desta atividade a partir de medidas planejadas, objetivando maximizar a geração de divisas dentro da ótica do capitalismo e amenizar ao máximo os impactos sócio-culturais e ambientais que a atividade já começava a demonstrar. A idéia de se trabalhar o turismo como “produto”, advém desse contexto.

Uma das vertentes que observaram o turismo como uma oportunidade de incremento de suas atividades é a do patrimônio cultural, reconhecendo a atividade turística como possibilidade de auxiliar na proteção deste, através da geração de divisas.

No ano de 1967, é realizada em Quito (Equador), uma reunião do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), denominada “Carta de Quito⁷” que gerou um documento chamado “Tratado sobre a Proteção de Bens Móveis de Valor Histórico”. Segundo Rodrigues (2002, p. 18-19), esta carta recomendava que projetos de valorização do patrimônio fizessem parte de planos de desenvolvimento turístico nacional. Nesta mesma época, o governo brasileiro presidido por Castelo Branco, cria a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo, hoje reconhecida como Instituto Brasileiro de Turismo) e o Conselho Nacional de Turismo. Os dois órgãos foram criados para coordenar e fomentar a atividade turística no país, visando o desenvolvimento econômico e cultural que esta atividade potencializava.

A partir daí, a crescente importância dada ao chamado patrimônio, veio além de seu valor como bem histórico. Ele começa a ser reconhecido principalmente pela sua potencialidade como mercadoria de consumo.

O patrimônio histórico e cultural já há algum tempo é considerado um importante atrativo dentro da oferta turística das cidades. Assim, a relação do patrimônio com o turismo ganhou força quando se percebeu que a história e a cultura poderiam ser

⁷ O documento referente à Carta de Quito, além de outras “Cartas Patrimoniais”, encontram-se disponíveis no site: www.iphan.gov.br

A partir dessa reflexão sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, percebemos que este antes mesmo de assim ser classificado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), passa a ser considerado como atrativo cultural fundamental dentro da oferta turística de algumas localidades. Esta percepção surge da própria correlação entre Patrimônio, Identidade Nacional e cultura, que sob a “chancela da UNESCO dá aos sítios (considerados patrimônios culturais) um emblema de atrativo cultural e econômico” (FUNARI, 2006, p.26). Ainda segundo Funari (2006), o turismo cultural é um dos principais subprodutos para a classificação de um sítio como patrimônio da humanidade.

Considerações Finais

Para concluir, é amplamente difundida a afirmação de que os principais conceitos aqui tratados são resultado de uma construção social iniciada com os movimentos revolucionários do final do século XVIII e início do XIX, fundadores da contemporaneidade. O que aqui podemos afirmar é que a memória coletiva resulta do conjunto de aspectos da concepção da nação e identidade nacional que também são contempladas no Patrimônio Cultural inicialmente nacional e a partir de políticas internacionais de patrimônio, pertencentes à humanidade.

No que diz respeito ao turismo, estas nossas impressões iniciais demonstraram que o Patrimônio Cultural surge primeiramente como um emblema da identidade de um povo, que se apropriado pela indústria do turismo com o tempo pode ser classificado como patrimônio da humanidade. Um exemplo disso é o centro histórico de Olinda, em Pernambuco. Fundada em 1537 pelo português Duarte Coelho, a cidade possui igrejas barrocas e coloridas casas coloniais que ficam entremeadas de espécies de vegetais, como palmeiras-imperiais, tamarindeiros e mangueiras. Este conjunto, representa a um só tempo, a grandiosidade da natureza nacional, a história, a arte e a cultura do país. Em 1966/67 foi incluída na lista da Unesco como Patrimônio da Humanidade. Este centro, já era e ainda hoje é, inegavelmente um dos principais atrativos turísticos do Brasil.

É claro, que tal observação não finaliza esta análise. É só um exemplo, dentre muitos possíveis. Contudo, como ressaltamos desde o princípio, a reflexão aqui proposta é resultado de trabalhos iniciais e não se propõe a esgotar o tema, mas sim, trocar e discutir impressões.

Referências

- BORGES, Célia. **Patrimônio e memória social**: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. *Lócus revista de história*. Vol. 5, nº 2, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em < www.iphan.gov.br > Acesso em: 13 out 2004.
- BURNS, Eduard M. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas até a bomba atômica. Porto Alegre: Globo, 1974.
- DAIBERT, André Barcelos Damasceno. **Memória ferroviária ou memória dos trabalhadores ferroviários**: o que é representado no Museu Ferroviário de Juiz de Fora? Juiz de Fora: UFJF/ICHL, 2005. Monografia (Graduação em Turismo).
- FUNARI, Pedro Paulo; PELLEGRINI, Sandra de Cássia. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo- desde 1870**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e sociedade**: a consolidação da República Oligárquica, In: LINHARES, Maria Yeda et al. **História Geral do Brasil**: da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MOESCH, Marutschka. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.
- NEVES, Sandro. **Turismo, memória e identidade cultural**: o caso do Museu Mariano Procópio e da sociedade juizforana. Juiz de Fora: UFJF/ICHL, 2004. Monografia (Graduação em Turismo)
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 3ª Edição. Campinas: Papirus, 1999.
- PIRES, Mário Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil**: Hóspedes, hospedeiros e viajantes do século XIX. São Paulo: Manole, 2001.
- REIS, Rita de Cássia. **Turismo**: a busca de sua essência. Juiz de Fora: UFJF/ICHL, 2004. Monografia (Graduação em Turismo).
- RODRIGUES, Marly. **Preservar e Consumir: o Patrimônio Histórico e o Turismo**. In FUNARI.